

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020**

**Senhores Acionistas,**

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Dona Francisca Energética S.A apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei das Sociedades por Ações, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31/12/2020.

A Dona Francisca Energética S.A atingiu no ano de 2020 um lucro líquido de R\$ 42 milhões, comparando com o ano de 2019 que foi de R\$ 42,8 milhões.

Possui contrato de venda de energia até o ano de 2025, onde toda a energia assegurada é vendida proporcionalmente conforme participação de cada acionista no negócio. No ano de 2020 a receita líquida gerada foi de R\$ 73.596 mil e foi efetuado o pagamento de R\$ 42,8 milhões a título de dividendos oriundos do resultado de 2019.

A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças que indiquem, descontinuidade operacional, nem que requeiram ajustes nas suas informações financeiras do ano de 2020. A administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de seus colaboradores e de seus ativos.

**Perfil**

A Usina Hidrelétrica (UHE) Dona Francisca está instalada no rio Jacuí, o maior do interior do Rio Grande do Sul. Último aproveitamento hidrelétrico de grande porte deste rio, o empreendimento fica entre as cidades de Agudo e Nova Palma (na região central do Estado), e aproximadamente 30 km da cidade de Dona Francisca.

O contrato de concessão junto a ANEEL foi assinado em 28 de agosto de 1998, com prazo para término em agosto de 2033 (35 anos). Com início de suas operações em 2001 tem uma potência instalada de 125 MW, o que representa o equivalente à demanda de uma cidade de 350 mil habitantes.

A Dona Francisca Energética é constituída pelas empresas: Companhia Paraense de Energia - COPEL, Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A - CELESC, Gerdau S.A e Statkraft Energias Renováveis S.A.

**Agradecimento**

Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, instituições financeiras, órgãos governamentais e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.

Agudo, 26 de fevereiro de 2021.

**A Administração**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019	Passivo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa		13	21	Fornecedores de produtos e serviços		1.909	1.830
Aplicações financeiras	3	8.306	5.579	Obrigações trabalhistas		172	163
Contas a receber de clientes partes relacionadas	4	6.234	6.234	Imposto de renda e contribuição social a recolher		570	576
Outros ativos circulantes		9	10	Impostos e contribuições a recolher		355	329
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>14.562</b>	<b>11.844</b>	Outros passivos circulantes		1.446	1.446
<b>Ativo não circulante</b>				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>4.452</b>	<b>4.344</b>
Outros ativos não circulantes		2.548	3.885	<b>Passivo não circulante</b>			
Imobilizado	6	111.688	115.154	Provisão para passivos regulatórios e cíveis	10	213	189
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>114.236</b>	<b>119.039</b>	Programa de pesquisa e desenvolvimento	11	1.486	2.929
<b>Total do ativo</b>		<b>128.798</b>	<b>130.883</b>	Dividendos obrigatórios a pagar	7	420	428
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>2.119</b>	<b>3.546</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	7	67.200	67.200
				Reservas	7	55.027	55.793
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>122.227</b>	<b>122.993</b>
				<b>Total do patrimônio líquido e passivo</b>		<b>128.798</b>	<b>130.883</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Reservas				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros			
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	67.200	13.440	45.909	-	42.781	126.549
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	42.781
Dividendos distribuídos	-	-	(45.909)	-	-	(45.909)
Dividendos obrigatório a pagar	(428)	(428)	-	-	(42.781)	-
Reserva de Lucros	-	-	42.781	-	(42.781)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	67.200	13.440	42.353	-	42.007	122.993
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	42.007
Dividendos distribuídos	-	-	(42.353)	-	-	(42.353)
Dividendos obrigatório a pagar	(420)	(420)	-	-	-	-
Reserva de Lucros	-	-	42.007	-	(42.007)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	67.200	13.440	41.587	-	-	122.227

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Dona Francisca Energética S.A. ("DFESA" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e local principal de negócios em Agudo, Rio Grande do Sul, Brasil, e tem como base de sua formação o edital de licitação da CEEE/SUG/UHEDF/96-6357 de 1996, no qual a CEEE propõe participação para exploração do potencial hidroelétrico de sua propriedade perante a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), tendo como objetivo: (a) construir e operar a Usina Hidrelétrica Dona Francisca através da formação de um consórcio para exploração do Contrato de Concessão nº 188/98, emitido pela ANEEL; (b) explorar o potencial energético da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, inclusive para gerar e comercializar a correspondente energia elétrica; (c) prestar serviços de assistência técnica no campo de suas atividades; e (d) participar de outras sociedades como sócia ou acionista, desde que essas sociedades estejam de alguma forma ligadas à construção e/ou exploração da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, ou para fins fiscais, conforme estabelecido na legislação aplicável, ou ainda como investimento temporário na administração de recursos financeiros da própria sociedade. O Contrato de Concessão nº 188/98 da ANEEL que regula a exploração compartilhada do potencial hidroelétrico da Usina Dona Francisca tem prazo de vigência de 35 anos, contados a partir da assinatura do contrato em 28 de agosto de 1998. A participação de cada consorciado ao longo da concessão segue conforme tabela abaixo:

	Quota (%)
Companhia	
Para os 10 primeiros anos de operação comercial (2001 a 2011)	
CEEE	5
DFESA	95
Do 11º até o 20º ano de operação comercial (2011 a 2021)	
CEEE	10
DFESA	90
Do 21º primeiros anos de operação comercial até o fim da concessão (2033)	
CEEE	15
DFESA	85

A Concessão nº 188/98 da ANEEL prevê que a líder do consórcio perante o Poder Concedente é a CEEE, a qual tem, entre outras responsabilidades, registrar na CCEE a energia assegurada à DFESA, conforme quotas de participação, independentes do balanço energético mensal, que pertence a CEEE com o ônus e o bônus deste. As regulações das questões operacionais da Usina estão descritas no Contrato de Formação do Consórcio CEEE/9702955 celebrado entre DFESA e CEEE. O custo de produção da Usina, tributos, encargos, ônus e/ou obrigações legais da Usina são rateados aos consorciados proporcionalmente à sua participação na concessão, entre outros destacamos serviços de O&M, Compensação Financeira, Seguros, Vigilância, Materiais e ou Equipamentos de reposição, etc. A Dona Francisca Energética S.A. foi constituída em 28 de agosto de 1998. A Usina entrou em operação em 5 de fevereiro de 2001. O prazo de concessão é de 35 anos a partir de 1998. A Usina está localizada entre os Municípios de Agudo e Nova Palma, no Estado do Rio Grande do Sul, possuindo as seguintes características (informações não auditadas):

Localização:	Rio Jacuí
Capacidade instalada:	125 MW
Energia assegurada (MW médio):	75,9 MW
Energia Assegurada (Ano)	664.884MWh
Unidades geradoras:	2
Início da construção:	Agosto de 1998
Entrada em operação:	Fevereiro de 2001
Última unidade a entrar em operação:	Abril de 2001

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras da Dona Francisca Energética S.A. foi autorizada pela Administração em 26 de fevereiro de 2021. **Resumo das principais práticas contábeis:** **a. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros da Companhia, os quais são mensurados pelo valor justo. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os valores apresentados foram arredondados para o milhar mais próximo. **c. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. **d. Aplicações financeiras:** Aplicações financeiras são classificadas pelo valor justo por meio do resultado (VJR), uma vez que o propósito da aquisição do investimento é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são

reconhecidos no resultado quando incorridos. **e. Contas a receber de clientes:** Os saldos de contas a receber de clientes incluem os valores faturados referentes à energia fornecida exclusivamente para os sócios da Concessionária, respeitando os percentuais de participação de cada empresa e os valores definidos em contrato. **f. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens e são similares àquelas definidas pela agência regulatória. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa. A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos o valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, segundo interpretação da Administração. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas - tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), aprovadas pela Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015 - refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados. O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. A Companhia, amparada por opinião de seus assessores legais, entende que possui o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis ao final do prazo de concessão. Eventuais alterações na legislação pertinente serão acompanhadas e analisadas para avaliação de seus eventuais impactos, se algum, sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **g. Redução ao valor recuperável de ativos:** Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifiquem tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável é registrada no resultado do período. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A Companhia é uma única unidade geradora de caixa. A Administração não identificou indicadores de *impairment* durante o exercício. **h. Direitos e obrigações:** Atualizados nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço. **i. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção das receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, para presunção de lucro para Imposto de Renda e Contribuição Social, respectivamente. Depois de determinados os valores de acordo com esses percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade as demais receitas. Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas: 15% de imposto de renda sobre o total da base de cálculo. 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido (base de cálculo) que exceder a R\$ 240 ou, no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração. Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **j. Receita de contratos com clientes:** Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduziu um modelo para o reconhecimento da receita, que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Em suma, de acordo com os requisitos do CPC 47 - Receita de contrato com cliente, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho de manter a Usina operando é atendida e quando ocorre a transferência da comercialização da energia gerada. **k. Provisão para passivos regulatórios e cíveis:** A Companhia é parte envolvida em processos regulatórios e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa, quanto na judicial. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10. **l. Uso de estimativas:** Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar essas estimativas, a Administração

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação apresentado em Reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
<b>Receita líquida</b>	12	70.314	70.053
Custo de operação	13	(24.628)	(23.994)
<b>Lucro bruto (Despesas) Receitas operacionais</b>		<b>45.686</b>	<b>46.059</b>
Despesas administrativas	13	(1.519)	(1.291)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	13	(25)	(8)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>44.142</b>	<b>44.760</b>
Resultado financeiro	15		
Receitas financeiras		296	639
Despesas financeiras		(88)	(164)
<b>Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>44.350</b>	<b>45.235</b>
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	5	(2.343)	(2.454)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>42.007</b>	<b>42.781</b>
<b>Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$</b>	8	<b>0,063</b>	<b>0,064</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação apresentado em Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Lucro líquido do exercício</b>	42.007	42.781
<b>Total de resultado abrangente do exercício</b>	42.007	42.781

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Lucro líquido do exercício</b>	42.007	42.781
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação	4.533	4.478
Baixa de crédito de PIS e COFINS	-	555
Reversão de provisão para contingência civil	-	(589)
Provisão para passivos regulatórios e cíveis	24	33
Receita de juros de aplicações financeiras	(285)	(598)
Imposto de renda e contribuição social	2.343	2.454
	48.622	49.114
<b>Varição de ativos e passivos</b>		
Diminuição de fornecedores	(74)	(112)
Aumento de outros ativos	(1.338)	(481)
Aumento de outros passivos	1.362	186
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>48.572</b>	<b>48.707</b>
Pagamento imposto de renda e contribuição social	(2.286)	(2.333)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>46.286</b>	<b>46.374</b>
Investimentos em aplicações financeiras, líquido	(2.442)	(150)
Adições de imobilizado	(1.071)	(307)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(3.513)</b>	<b>(457)</b>
Dividendos pagos	(42.781)	(45.909)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos (Redução) aumento líquido de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(8)</b>	<b>8</b>
Saldo de caixa e equivalente de caixa no início do exercício	21	13
no final do exercício	13	21

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. O resultado das transações e informações, quando da efetiva realização, pode divergir das estimativas. As principais estimativas realizadas pela Administração referem-se à provisão para passivos regulatórios e cíveis (Nota Explicativa nº 10) e definição da vida útil do imobilizado (Nota Explicativa nº 6). **m. Ativos Financeiros:** Em relação a classificação e mensuração de Ativos financeiros, o IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no IAS 39. As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros: - Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado. - Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **n. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão abaixo apresentadas. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão abaixo apresentadas: • Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37). • Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16). **Outras Normas:** • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16) 60 - Imobilizado: • Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16). • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3). • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1). • IFRS 17 Contratos de Seguros. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não espera que elas tenham impacto material sobre estas quando adotadas.

**3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	31/12/2020	31/12/2019
Renda fixa - Fundo Paraopeba	8.306	5.579
	8.306	5.579

As aplicações financeiras estão representadas por cotas do Fundo Paraopeba, o qual é classificado como "Renda Fixa", composto por papéis a preços e taxas de mercado equivalentes a remuneração do Certificado de Depósitos Bancários, e estão atualizadas pelos rendimentos auferidos, reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras, não excedendo os seus respectivos valores de mercado. As aplicações financeiras incluem Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e investimentos em valores mobiliários, os quais são registrados pelo seu valor justo. A receita gerada por esses investimentos é registrada como receita financeira.

CONTINUAÇÃO

4. PARTES RELACIONADAS

A Companhia realiza operações de venda de energia elétrica, com partes relacionadas, conforme demonstradas abaixo:

2020 (a pagar)	Vendas	Outras receitas (despesas)	Contas a receber
COPEL Geração e Transmissão S.A.	16.949	-	1.436
Statkraft Energias Renováveis S.A.	1.562	-	132
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC	16.949	-	1.436
Empresas do Grupo Gerdau:	-	-	-
Gerdau S.A.	38.136	-	3.230
Gerdau Aços Longos S.A.	-	(260)	(24)
Gerdau Previdência Privada	-	(39)	-
Total de partes relacionadas	73.596	(299)	6.210

2019 (a pagar)	Vendas	Outras receitas (despesas)	Contas a receber
COPEL Geração e Transmissão S.A.	16.905	-	1.436
Statkraft Energias Renováveis S.A.	1.557	-	132
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC	16.905	-	1.436
Empresas do Grupo Gerdau:	-	-	-
Gerdau S.A.	38.036	-	3.230
Gerdau Aços Longos S.A.	-	(286)	(23)
Gerdau Previdência Privada	-	(41)	-
Total de partes relacionadas	73.403	(327)	6.211

Toda a venda de energia é assegurada para os sócios conforme sua participação societária. As condições de compras e vendas de energia são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes, previstas em contrato e não são comparáveis a outras operações realizadas com terceiros não relacionados. Além das transações acima, a Companhia mantém a aplicação financeira mencionada na nota explicativa 4 com a Empresa relacionada Paraopeba, uma controlada da Gerdau S.A.

6. IMOBILIZADO

	Terrenos	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamentos eletrônicos de dados	Outros	Imobilizado em andamento	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>17.306</b>	<b>101.920</b>	<b>30</b>	<b>69</b>	<b>-</b>	<b>119.325</b>
Adições	-	-	307	-	-	307
Depreciações	-	(4.441)	(16)	(21)	-	(4.478)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>17.306</b>	<b>97.479</b>	<b>321</b>	<b>48</b>	<b>-</b>	<b>115.154</b>
Custo total	17.306	183.302	350	190	-	201.148
Depreciação acumulada	-	(85.824)	(29)	(141)	-	(85.994)
<b>Em 1º de janeiro de 2020</b>	<b>17.306</b>	<b>97.478</b>	<b>321</b>	<b>49</b>	<b>-</b>	<b>115.154</b>
Adições	-	378	21	27	645	1.071
Baixas	-	-	(2)	(2)	-	(4)
Depreciações	-	(4.450)	(62)	(21)	-	(4.533)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>17.306</b>	<b>93.406</b>	<b>278</b>	<b>53</b>	<b>645</b>	<b>111.688</b>
Custo total	17.306	183.681	339	214	645	202.185
Depreciação acumulada	-	(90.274)	(60)	(163)	-	(90.497)
<b>Valor residual</b>	<b>17.306</b>	<b>93.407</b>	<b>279</b>	<b>51</b>	<b>645</b>	<b>111.688</b>
Taxas anuais de depreciação (%)	-	2 a 5,8	16,67	6,25 a 14,29	-	-

Conforme Orientação OCP 05 - Contrato de Concessão, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide de Lei nº 10.848/04 (novo marco regulatório), que não tenham direito à indenização no final do prazo de concessão no processo de reversão dos bens ao Poder Concedente, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo de concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo de concessão. O mesmo tratamento contábil deve ser analisado para os contratos de concessão (uso do bem público) assinados entre 1995 a 2004, sob a égide do Decreto nº 2003, art. 20. A Administração da Companhia analisou os efeitos dessa Orientação e constatou com sua assessoria jurídica que a Companhia tem direito à indenização no final do prazo de concessão. Desta forma, decidiram por continuar adotando as taxas de depreciação de acordo com as estipuladas pela ANEEL e não pelo prazo de concessão.

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**Capital autorizado e subscrito:** O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 67.200 representado por 666.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, cuja composição é demonstrada a seguir:

	Quantidade	%
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	153.381.798	23,03
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC	153.381.798	23,03
Gerdau S.A.	345.109.212	51,82
Statkraft Energias Renováveis S.A.	14.127.192	2,12
	666.000.000	100,00

**Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício, e não deve exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, mas não poderá ser usada para fins de dividendos. A Companhia já atingiu os 20% do capital social realizado, totalizando o valor de R\$ 13.440 em 2020 e 2019. **Reserva de lucros:** O saldo de reserva de lucros em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 41.587 (R\$ 42.343 em 2019), à disposição da Assembleia Geral Ordinária que, segundo disposições contidas nos incisos 1 e 2 do art. 132 da Lei nº 6.404/76, deliberará sobre as demonstrações financeiras da Companhia e a destinação desses lucros acumulados e do resultado do exercício. **Dividendos e juros sobre capital próprio:** Conforme Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho de Administração	Membros do Conselho de Administração
VINICIUS FERNANDES DE MOURA	FERNANDO YAMAKAWA FERNANDO GIACOMINI MACHADO FERNANDO DE LAPUERTA MONTOYA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da Dona Francisca Energética S.A.  
Agudo - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Dona Francisca Energética S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Dona Francisca Energética S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou

5. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

**Apresentação dos ajustes do imposto de renda e da contribuição social no resultado:** Com base nos montantes de receita bruta para todos os exercícios apresentados, a Companhia optou pela tributação com a presunção de lucros.

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Imposto de renda</b>	<b>5.888</b>	<b>5.872</b>
Receita bruta de vendas	73.596	73.403
Alíquota de presunção de lucro (IR)	8%	8%
Base de cálculo	883	881
Alíquota de imposto de renda	15%	15%
<b>Imposto de renda sobre vendas</b>	<b>5.648</b>	<b>5.632</b>
Base de cálculo do adicional	5.648	5.632
Alíquota de imposto de renda	10%	10%
<b>Imposto de renda sobre vendas</b>	<b>565</b>	<b>563</b>
<b>Acréscimos à base de cálculo</b>	<b>296</b>	<b>639</b>
* Rendimento de aplicação financeira	285	598
* Receita de juros	5	18
* Juros recebidos MAE/CCCE	6	23
Alíquota combinada de imposto de renda	25%	25%
<b>Imposto de renda sobre receita financeira</b>	<b>74</b>	<b>160</b>
<b>Imposto de renda devido</b>	<b>1.522</b>	<b>1.604</b>
<b>Contribuição social</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Receita bruta de vendas	73.596	73.403
Alíquota de presunção de lucro (CS)	12%	12%
Base de cálculo de CS - Receita bruta de vendas	8.832	8.808
Alíquota de contribuição social	9%	9%
<b>Contribuição social sobre venda</b>	<b>794</b>	<b>793</b>
<b>Acréscimos à base de cálculo</b>	<b>296</b>	<b>639</b>
* Rendimento de aplicação financeira	285	598
* Receita de juros	5	18
* Juros recebidos MAE/CCCE	6	23
Alíquota de contribuição social	9%	9%
<b>Contribuição social sobre receita financeira</b>	<b>27</b>	<b>57</b>
<b>Contribuição social devida</b>	<b>821</b>	<b>850</b>
<b>(=) Imposto de renda e Contribuição social devida</b>	<b>2.343</b>	<b>2.454</b>

	Terrenos	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamentos eletrônicos de dados	Outros	Imobilizado em andamento	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>17.306</b>	<b>101.920</b>	<b>30</b>	<b>69</b>	<b>-</b>	<b>119.325</b>
Adições	-	-	307	-	-	307
Depreciações	-	(4.441)	(16)	(21)	-	(4.478)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>17.306</b>	<b>97.479</b>	<b>321</b>	<b>48</b>	<b>-</b>	<b>115.154</b>
Custo total	17.306	183.302	350	190	-	201.148
Depreciação acumulada	-	(85.824)	(29)	(141)	-	(85.994)
<b>Em 1º de janeiro de 2020</b>	<b>17.306</b>	<b>97.478</b>	<b>321</b>	<b>49</b>	<b>-</b>	<b>115.154</b>
Adições	-	378	21	27	645	1.071
Baixas	-	-	(2)	(2)	-	(4)
Depreciações	-	(4.450)	(62)	(21)	-	(4.533)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>17.306</b>	<b>93.406</b>	<b>278</b>	<b>53</b>	<b>645</b>	<b>111.688</b>
Custo total	17.306	183.681	339	214	645	202.185
Depreciação acumulada	-	(90.274)	(60)	(163)	-	(90.497)
<b>Valor residual</b>	<b>17.306</b>	<b>93.407</b>	<b>279</b>	<b>51</b>	<b>645</b>	<b>111.688</b>
Taxas anuais de depreciação (%)	-	2 a 5,8	16,67	6,25 a 14,29	-	-

mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido ajustado pela destinação da reserva legal. No ano de 2020 foi provisionado o valor de R\$ 420 (R\$ 428 em 2019). No ano de 2020 a Companhia distribuiu a título de dividendos aos seus acionistas o valor de R\$ 42.781 (R\$ 45.909 em 2019) oriundo do resultado apurado do ano de 2019, conforme deliberado pela Assembleia Geral Ordinária.

8. LUCRO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41, Resultado por ação, a tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ordinárias</b>	<b>Ordinárias</b>	<b>Ordinárias</b>
<b>(Em milhares, exceto ações)</b>	<b>(Em milhares, exceto ações)</b>	<b>(Em milhares, exceto ações)</b>
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido disponível para acionistas	42.007	42.781
<b>Denominador</b>		
Ações em circulação (média do ano)	666.000.000	666.000.000
<b>Lucro por ação (em R\$) - Básico e diluído</b>	<b>0,063</b>	<b>0,064</b>

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

**a. Considerações gerais:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição a estes. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

**Aplicações financeiras** - Estão reconhecidas pelo seu valor justo na data de encerramento das demonstrações financeiras e estão comentadas e apresentadas na Nota Explicativa nº 3. **b. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia:** • **Risco de taxas de juros:** esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como o CDI), com repactuações periódicas de seus contratos, visando a adequá-los ao mercado. • **Risco de liquidez:** a política de gestão do endividamento e recursos de caixa da Administração prevê a utilização de linhas compromissadas e de disponibilidade efetiva de linhas de crédito para

gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazos para pagamentos de dividendos. Todas as modalidades de financiamento já foram liquidadas devido ao término do contrato.

10. PROVISÃO PARA PASSIVOS REGULATÓRIOS E CÍVEIS

**a. Causas prováveis:** Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava os seguintes passivos relacionados a passivos regulatórios e cíveis:

	31/12/2020	31/12/2019
Passivo cível	213	189
	213	189

A Companhia mantém em seu passivo não circulante o montante de R\$ 213 de contingências referentes a processos cíveis de risco provável. No ano de 2019 o risco foi reavaliado e houve uma baixa de R\$ 589 para o resultado, reduzindo a provisão. **b. Causas possíveis:** A Companhia é parte em outras demandas de natureza cível que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 6,2 milhões. Para tais demandas, não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais.

11. PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D)

As concessionárias de geração de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, no mínimo, o percentual de 1,0% de sua Receita Operacional Líquida (ROL), com Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, alterada pela Lei nº 11.465, de 28 de março de 2007. Os recursos de P&D são aplicados da seguinte forma: - 40% em projetos de pesquisa e desenvolvimento; - 40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico (FNDCT) e - 20% para o Ministério de Minas e Energia. Os valores são provisionados pelo regime de competência, bem como a atualização financeira desses gastos pela Selic.

	31/12/2020	31/12/2019
Pesquisa e desenvolvimento	1.486	2.929
	1.486	2.929

12. RECEITA LÍQUIDA

A receita operacional líquida para o exercício possui a seguinte composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta - Fornecimento de energia elétrica	73.596	73.403
Impostos e contribuições sobre a receita	(2.687)	(2.687)
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	(596)	(663)
Receita líquida	70.313	70.053

13. DESPESAS POR NATUREZA

Segue detalhamento das despesas por natureza, apresentadas nas demonstrações de resultados:

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Custo de operação</b>	<b>6.030</b>	<b>5.619</b>
Manutenção operacional da Usina	3.525	3.416
Compensação financeira	4.533	4.478
Depreciações	8.644	8.211
Uso da rede de transmissão	91	10
Serviços advocatícios	628	1.082
Manutenção da Usina	1.178	1.178
Outros custos	24.629	23.994

Despesas administrativas

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas com pessoal	878	879
Outras despesas	641	412
	1.519	1.291

Outras receitas/despesas operacionais

	31/12/2020	31/12/2019
Baixa créditos tributários	-	555
Baixa contingência civil	-	(509)
Imposto Territorial Rural (ITR)	-	43
Doações COVID	25	-
	25	89

14. SEGUROS

A Companhia mantém contrato de seguro com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Modalidade	Abrangência	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio	Os ativos imobilizados estão segurados para incêndio, danos elétricos, explosão, inundação, quebra de máquina e outros. Lucro cessante sobre a receita operacional líquida.	455.795	205.700
Lucro cessante		-	73.395

No ano de 2020, a Companhia optou por retirar o lucro cessante da contratação do seguro visto que a utilização do valor do prêmio deve ser dentro do período da apólice, o que normalmente não acontece. Uma falha de grande monta, as perdas de energia ocorrem por período muito maior, atingindo a GFa (Garantia Física ajustada) ao longo dos anos subsequentes, normalmente não ocorre logo após a falha. Verificado junto ao mercado e esta é uma prática recorrente entre os geradores.

15. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2020	31/12/2019
Outras despesas financeiras	20	27
Atualização Selic P&D	43	104
Atualização monetária contingência	25	33
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>88</b>	<b>164</b>
Rendimento de aplicação financeira	286	598
Outras receitas financeiras	10	41
<b>Total de receitas financeiras</b>	<b>296</b>	<b>639</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>208</b>	<b>475</b>

DIRETORIA

Diretor Superintendente	Diretor
-------------------------	---------